

NOTAS TÉCNICAS

Resumo de palestras apresentadas no Evento Sexta Técnica

TEMA: OS IMPACTOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)
SOBRE O SETOR AGRÍCOLA PARAENSE

DATA: SETEMBRO / 2002

Mônica de Nazaré Corrêa Ferreira (*)

Analisa os impactos do FNO sobre o setor agrícola paraense a partir de dados sobre concentração fundiária, êxodo rural, diversificação, VBP agrícola e indicadores de melhoria de qualidade de vida de seus beneficiários. Aproveitou-se a oportunidade, também, para contribuir com o debate sobre a necessidade de se formular estratégias de desenvolvimento agrícola ambientalmente sustentáveis à Amazônia. Para execução desta pesquisa, buscou-se organizar, de modo sistemático, informações de fontes secundárias e primárias, que servissem de subsídio para verificar a contribuição do FNO ao desenvolvimento agrícola estadual na década de noventa. Os suportes adotados foram as teorias das inovações tecnológica e induzida, de Schumpeter e Hayami e Ruttan, respectivamente.

Chegou-se à conclusão de que o FNO funcionou mais como minimizador das tensões sociais no meio rural paraense do que, propriamente, como indutor do desenvolvimento

agrícola, devido ao fato de que somente a disponibilidade creditícia aos agricultores não é suficiente para impulsionar esse desenvolvimento, havendo necessidade do Estado promover inovações tecnológicas e institucionais, com ênfase principal na capacitação dos produtores (tecnologia de processo), para que eles promovam o seu próprio desenvolvimento.

Ressalta-se como uma das maiores contribuições do FNO, em termos de ocupação de mão-de-obra, foi atribuída ao fato de que 76% do volume de recursos destinaram-se a mini e pequenos produtores familiares. Trata-se, portanto, de um instrumento de política pública relevante para reduzir as desigualdades econômicas e sociais, principalmente em uma região como a Amazônia, que é carente de recursos privados para alavancar o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: FNO - agricultura.
Desenvolvimento agrícola - Amazônia.

(*) Economista. M. Sc. em Economia. Professora Adjunta da Universidade da Amazônia (UNAMA). Técnica Científica da Gerência de Estudos Econômicos do Banco da Amazônia. E-mail: monicancf@ig.com.br

TEMA: MERCADO E DISTRIBUIÇÃO DOS RETORNOS SOCIAIS DO MANEJO DO AÇAÍ PARA PRODUÇÃO DE FRUTO

DATA: NOVEMBRO / 2003

Maria Lúcia Bahia Lopes (*)

O objetivo deste trabalho é estudar o mercado do fruto do açaizeiro no Estado do Pará, bem como analisar a distribuição dos retornos sociais dos sistemas de produção sob manejo sustentável. Os retornos sociais oriundos da utilização de técnicas de manejo do açaí foi estimado pelo modelo de excedente econômico. Para o mercado usou-se o Método Generalizado dos Momentos (MGM) por ser uma classe de estimador que envolve os principais métodos de estimação generalizada dos parâmetros de modelos econométricos lineares e não-lineares. O estudo revelou que o sistema de manejo

sustentável contribui para o bem-estar social da população paraense, uma vez que aumenta a produtividade, o emprego e a renda das pessoas ligadas à produção e ao consumo de açaí. A absorção de mão-de-obra pelo sistema manejado, sofre um incremento no nível de emprego de 127,78% em relação ao cultivo tradicional. Os consumidores são os principais beneficiados com a tecnologia do manejo sustentável, mas ambos os agentes ganham com a implementação da nova tecnologia.

Palavras-chave: Açaí – manejo – Pará. Desenvolvimento sustentável –Pará.

(*) Economista. M. Sc. em Economia. Doutoranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Professora Adjunta da Universidade da Amazônia (UNAMA) e Professora do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia. Técnica Científica da Gerência de Estudos Econômicos do Banco da Amazônia.

TEMA: MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

DATA: FEVEREIRO / 2004

Paulo Amaral (*)

Atualmente, existem dezoito projetos de Manejo Florestal Comunitário (MFC) na Amazônia: nove em fase de extração; cinco com planos de manejo tramitando nos órgãos ambientais e quatro em elaboração de planos de manejo. Eles têm sido implementados no Brasil através de algumas iniciativas envolvendo ONG'S e grupos locais (ribeirinhos, colonos, índios, seringueiros). Apresentam uma grande diversidade de experiências considerando as diferenças em tipos de organização: sindicatos de trabalhadores e associações extrativistas); tipos de acesso aos recursos florestais (reservas extrativistas, lotes individuais de posseiros), produtos (madeireiros e não-madeireiros); tipos de floresta (terra-firme e várzea); cultura e tempo de atividade. A maioria dos projetos (44%) tem como ator principal comunidades de agricultores; ribeirinhos/caboclos (21%); indígenas (21%) e extrativista (14%).

O número dessas experiências tem crescido rapidamente: de cerca de sete projetos, em 1993, hoje, para 18 na região, com área de mais de 1.500 000 hectares. Embora isso não signifique muita coisa em termos amazônicos, as condições para a promoção do manejo florestal comunitário são boas e despertam interesses de vários setores do governo, agências financiadoras, ONG's e comunidades.

A literatura acumulada sobre implementação desses projetos pilotos tem privilegiado análises dos aspectos técnicos e financeiros do manejo. Porém, alguns estudos revelam desafios – eminentemente sociais – a serem superados por ONG's e grupos locais no processo de implementação dos projetos tais como: a) conciliar diferentes interesses dos atores envolvidos; b) participação dos grupos locais nos projetos, na elaboração, planejamento e avaliação das atividades, considerando o saber local para definição dos modelos de manejo; c) promover a gestão dos recursos naturais, considerando as especificidades locais; e d) estabelecer mecanismos para gestão de conflitos na divisão de tarefas e benefícios, mas também na regulamentação das atividades etc.

No entanto, as condições em que essas iniciativas possam se tornar sustentáveis, tanto do ponto de vista técnico e financeiro, mas, principalmente, em seus aspectos sociais ainda são desconhecidas. Algumas perguntas-chaves poderiam ajudar a esclarecer nestes pontos no processo de implementação dos projetos pilotos na Amazônia brasileira, tais como: Como é feita a gestão dos recursos naturais pelas populações envolvidas nos projetos? Como são definidos os modelos técnicos e organizacionais adotados pelo projeto de manejo como um todo? Qual o

(*) Eng. Agr. M. Sc. em Manejo Florestal e Conservação da Biodiversidade. Pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). E-mail: pamaral@imazon.org.br

papel de técnicos e população local na implementação das atividades de manejo florestal? Como os conhecimentos locais são valorizados e interagem com o conhecimento técnico-científico na definição dos modelos técnicos adotados pelos projetos? Como que as atividades de manejo se inserem no modo de vida das diferentes populações envolvidas na implementação dos projetos?

Além disso, existem outros entraves encontrados pelas comunidades e ONG's ao iniciarem as atividades de manejo florestal: o estabelecimento de modelos técnicos de manejo

a nível local – visando a produção de madeira para o mercado; a adequação da legislação florestal em vigor que contemple o manejo por comunidades; qualidade e quantidade do produto a oferecer no mercado; falta de crédito; conflitos com atores locais poderosos etc. constituíram desafios para implementação e consolidação dos projetos.

Palavras-chave: Recursos florestais – Amazônia. Manejo Florestal Comunitário (MFC). Desenvolvimento local – Amazônia.

TEMA: PLANTIO DIRETO DE GRÃOS E MANDIOCA, ADAPTADO PARA AGRICULTURA FAMILIAR

DATA: MAIO / 2004

Otávio Manuel Nunes Lopes (*)

A produção de grãos e raízes de mandioca, no âmbito da agricultura familiar, vem sendo efetivada sem adoção de tecnologias adequadas a esse segmento, fato que contribui para a degradação do meio ambiente, especialmente em relação ao recurso natural “solo”, e em consequência, para o declínio da produtividade das culturas, em virtude das tecnologias disponíveis até o momento, via de regra, não terem caráter de sustentabilidade para a realidade do agricultor

familiar, ecológica, econômica, social e culturalmente falando.

A abordagem do tema trata a agricultura no conceito orgânico, priorizando-se o solo e não a cultura, onde os meios utilizados são acessíveis ao segmento a que a tecnologia se destina, ou seja, a agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar-Amazônia. Plantio direto-grãos. Plantio direto-mandioca.

(*) Eng. Agr. M. Sc. em Solos e Nutrição de Plantas. Pesquisador II da Embrapa Amazônia Oriental.

TEMA: A AGROINDÚSTRIA DE CARNE BOVINA NO ESTADO DO PARÁ: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

DATA: JUNHO / 2004

Marcos Antônio Souza dos Santos (*)

O trabalho analisa a estrutura e o crescimento da agroindústria de carne bovina no Estado do Pará a partir de modelos da Economia Industrial. O Estado detém o quinto maior rebanho bovino do país, com 17,5 milhões de cabeças e nos últimos 15 anos, tem evoluído a uma taxa de 6,32%aa, crescimento sobejamente superior ao do rebanho nacional que foi da ordem de 1,99%aa. Dentro do Estado a maior parcela do rebanho está concentrada nas regiões Sudeste e Sudoeste Paraense que, conjuntamente, representam 84,9% do total. Nos últimos dez anos, além da expansão do rebanho, também, tem ocorrido o adensamento da cadeia produtiva por meio da instalação de diversas agroindústrias de abate e processamento de carne, motivado pela disponibilidade de bovinos prontos para o abate e, especialmente, por um cenário de recuperação do consumo nos mercados nacional e internacional. No período 1996/2004, o número de frigoríficos passou de 9 para 15. Hoje, o Estado do Pará já dispõe do nono parque agroindustrial de abate e processamento de carne bovina do país. Os abates de animais têm evoluído a uma taxa de 15,64%aa. A Taxa de Concentração de Mercado (TCM) e o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) revelam que essa agroindústria apresenta uma tendência de redução do nível de concentração e ampliação

da concorrência. O nível médio de ociosidade operacional é de 38,43%, e para os próximos anos a capacidade total de abate deverá ser ampliada em 925 mil cab./ano passando, do atual 1,889 milhão cab./ano, para 2,815 milhões de cab./ano tendo em vista os novos empreendimentos que estão em fase de implantação. Esses resultados sinalizam que não é, apenas, a disponibilidade de matéria-prima o fator crucial para garantir o bom desempenho destes empreendimentos. As habilidades gerenciais, as relações com clientes e fornecedores, as estratégias empresariais, qualidade e informações de mercados são fundamentais para garantir o sucesso do negócio. Adicionalmente, deve-se levar em consideração ser este um segmento produtivo que enfrenta uma elevada carga tributária, a concorrência com empresas clandestinas, além do grande número de insolvências e rotatividade, merecendo, portanto, um contínuo monitoramento de mercado no sentido de identificar as ameaças e oportunidades presentes no ambiente de negócios, visando orientar a tomada de decisão de agentes públicos e privados que atuam nessa cadeia produtiva.

Palavras chave: Agronegócio – carne bovina. Economia industrial. Estrutura de mercado.

(*) Eng. Agr. M. Sc. em Economia. Técnico Científico da Gerência de Estudos Econômicos do Banco da Amazônia e Professor Adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA) e do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM). Belém-PA. E-mail: masantos@unama.br e masantos@prof.iesam-pa.edu.br

TEMA: FLORESTAS PLANTADAS

DATA: OUTUBRO / 2005

Evaristo Terezo (*)

Para os que se assustam com o plantio de espécies homogêneas, ressalta-se que a humanidade já estaria faminta se não fossem os plantios homogêneos de trigo, arroz, feijão, milho, verduras, grãos diversos e os rebanhos de gado, há tempos, domesticados pelo homem. Para cada problema, há sempre uma solução. Existem técnicas de manejo de áreas reflorestadas que ajudam a manter a biodiversidade e minimizar o impacto das culturas florestais.

Os reflorestamentos não excluem o manejo de florestas nativas. São atividades complementares. Muitas espécies que abastecem a indústria não podem ser plantadas a pleno sol. Por outro lado, o reflorestamento deve ser direcionado para a recuperação de áreas alteradas pelo homem.

Segundo estimativa feita pela Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), o consumo de madeira no Brasil, para todos os usos, é de 350 milhões de m³, sendo que 28%, ou seja, 100 milhões de m³, provêm de plantações, enquanto que 250 milhões provêm de vegetações arbóreas (72%).

Importante política brasileira de reflorestamento foi implantada em 1966, com os incentivos fiscais recolhidos ao Fundo de Investimento Setorial (FISSET) – Reflorestamento

e aplicados mediante a aprovação de Projeto de Reflorestamento, apresentado ao então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje, IBAMA.

Este foi, sem dúvida, o maior programa de reflorestamento do planeta atingindo, em 1983, 5,2 milhões de hectares reflorestados. Nele empregou-se cerca de 2,7 bilhões de dólares americanos, resultando a geração de 400.000 empregos diretos e ajudando a fixar o homem no meio rural. Ressalte-se que até 1965 as florestas plantadas no Brasil não excediam 500 mil hectares. Os estados que mais se beneficiaram: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Em termos de Amazônia as maiores áreas reflorestadas estão no Pará e Amapá, com 200.000 ha e 90.000 ha, respectivamente.

Altamente empregadora, a atividade de reflorestamento implica na geração de um emprego para cada dez hectares em implantação; um emprego para cada vinte hectares em manutenção; e um emprego na fábrica para cada dois empregos na floresta.

A produção de madeira através do fomento florestal (pequenos e médios proprietários) nas áreas de influência das

(*) Eng. Florestal e Administrador de Empresas. Especialista em sensoriamento remoto e levantamento de recursos naturais.
E-mail: terezo@terra.com.br

indústrias consumidoras deve ser reconhecida como estratégica e como política operacional de muitas empresas orientadas, principalmente, para minimizar a imobilização de recursos de investimento no fator terra. Assim, as empresas garantem parte da matéria-prima para abastecer as suas fábricas, ao mesmo tempo em que proporcionam renda adicional ao produtor.

Por outro lado, a elevada produtividade média dos reflorestamentos, que hoje atinge no mínimo, vinte metros cúbicos por hectare, anualmente, supera a produtividade da floresta nativa que é de um metro cúbico, por hectare, anualmente, conforme pesquisas da EMBRAPA Oriental. Isto significa que um hectare reflorestado resulta na proteção, em média, de vinte hectares de floresta nativa. A mata nativa se modifica somente pela morte natural de árvores e outros componentes naturais, aleatoriamente, o que conduz a sua baixíssima produtividade anual.

A equivocada política da década dos anos sessenta e setenta de ocupar a Amazônia para não entregar, levou a ocupação desordenada da região, pois quanto mais se desmatava, maior era a gleba a ser formalizada junto ao INCRA.

Os reflorestamentos foram conduzidos em áreas desmatadas há muitas décadas, para pastagens e culturas agrícolas e, em boa parte destas áreas degradadas, não há condições de se retornar a mata primitiva, conforme estudos conduzidos há mais de cinquenta anos na famosa “capoeira do Black”, RESERVA MOCAMBO, na EMBRAPA.

Considere-se, ainda, a crescente necessidade de reflorestamento em nosso Estado para atender às indústrias siderúrgicas, de papel e celulose, de móveis, compensados e laminados e outras, que demandam matéria prima uniforme, assunto objeto de recente encontro promovido pela Secretaria de Estado da Agricultura (SAGRI), em Belém, para estabelecer o Programa de Plantações Florestais no Estado do Pará.

É importante assinalar o bom retorno do capital investido bem como a elevada produtividade e o domínio das técnicas de plantio, o que significa um excelente empreendimento.

Palavras-chave: Recursos florestais – Amazônia. Silvicultura – florestas plantadas.